



Comissão Nacional de Bioeconomia

Minuta da Ata da II Reunião Ordinária

Ata da Segunda Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio)

Aos 28 dias de março de 2024, das 14 às 18h, as organizações membros da Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio) reuniram-se presencialmente no Salão Nobre dos Ministros, Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO - Bloco K – 9.^º andar - Esplanada dos Ministérios.

O Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Rodrigo Sobral Rollemburg; a Subsecretária Substituta de Desenvolvimento Econômico Sustentável (MF), Luíza Sidônio, e a Secretária Nacional de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Carina Pimenta, deram as boas-vindas aos presentes, passando a pauta proposta nos seguintes termos:

PAUTA

I. Abertura

- I.1. Abertura da 2^a Reunião da CNBio.
- I.2. Aprovação da Ata da Reunião Ordinária da 1^a Reunião.
- I.3. Aprovação da pauta.
- I.4. Resgate do processo de elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio).

II. Ordem do Dia

- II.1. Análise e deliberação sobre o conteúdo da Primeira Consulta Pública do PNDBio – Capítulo da Sociobioeconomia.
- II.2. Análise e deliberação sobre a criação de Câmaras Técnicas para apoio à elaboração do PNDBio.

III. Informes

- III.1. Apresentação do status da produção dos Grupos de Trabalho da CNBio
- III.2. Impactos do PNDBio – Ministério da Fazenda.
- III.3. Lançamento da publicação “Elementos para uma Estratégia Nacional de Implementação de Biorrefinarias no Brasil”.
- III.4. Palavra aberta aos membros da CNBio.

IV. Encerramento

- IV.1. Encerramento dos trabalhos.

I. Abertura

- A Secretária-Executiva, Carina Pimenta, propôs inversão de pauta da ordem do dia para que a deliberação sobre as Câmaras Técnicas acontecesse antes da análise sobre o conteúdo da Primeira Consulta Pública da CNBio, sob a justificativa de que a primeira pauta seria mais breve e seria possível, após vencê-la, maior dedicação ao segundo item. Proposta a inversão de pauta, não houve objeções e a ordem da pauta foi invertida.
- O Presidente da CNBio, Rodrigo Rolleberg, questionou o plenário sobre se havia alguma observação em relação à ata da última reunião. Não houve sugestões e a ata foi aprovada.
- A Secretária-Executiva, Carina Pimenta, informou que o processo de votação na reunião seria diferente para deixar mais claros os posicionamentos de aprovação, rejeição e abstenção. Em prosseguimento, fez uma fala recuperando o processo de elaboração do PNDBio. O trabalho teve início em fevereiro, com a formação dos três Grupos de Trabalho (GTs), sobre os quais os coordenadores apresentarão informações sobre o andamento dos trabalhos ao final da reunião. Foi lembrado que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) já vinham construindo o conteúdo sobre sociobioeconomia, então o GT de Ecossistemas Terrestres Aquáticos e Sociobioeconomia não partiu do zero, diferentemente dos outros GTs. Houve uma etapa prévia de construção, com a realização de oficinas regionais, envolvendo as representações do público-alvo da Sociobioeconomia:
 - Prosseguindo, a Secretária-Executiva relembrou que ficou acordado que esse texto sobre Sociobioeconomia iria para apreciação da CNBio, na segunda reunião. Foi destacado que a consulta pública do PNDBio será dividida em dois momentos: o primeiro para o texto da sociobioeconomia e o segundo, com o restante do conteúdo. A ideia seria aprovar o texto da primeira consulta na reunião para que ela aconteça durante o mês de abril. Foi acordado com representações de povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores familiares que após a consulta na Plataforma Participa+, haverá a consolidação em seminário presencial proposto para o período de três a seis de junho, na semana do dia mundial do meio ambiente.
 - A Secretária-Executiva, Carina Pimenta, pediu desculpa pelo envio do material fora do prazo regimental, mas informou que não haverá prejuízos na discussão do texto. Retomando o processo de elaboração do PNDBio informou que a expectativa é que a segunda consulta pública aconteça simultaneamente aos diálogos regionais e com a sociedade. Os GTs devem seguir trabalhando até agosto para haver um texto final a ser submetido à Comissão em setembro.

II. Ordem do Dia:

II.1. Análise e deliberação sobre a criação de Câmaras Técnicas para apoio à elaboração do PNDBio.

- A Secretária-Executiva, Carina Pimenta, destacou que o regimento interno da CNBio permite apenas o funcionamento de três Grupos de Trabalho. Foi constatado que há a necessidade de espaços fora do plenário da CNBio para discussão de temas estruturantes. No regimento interno, há a previsão do funcionamento de 6 Câmaras Técnicas Permanentes, com nove a dezesseis membros,

onde a presidência é definida na primeira reunião. No diagnóstico da Secretaria-Executiva, haveria a necessidade da instalação de Câmaras Técnicas para aprimoramento dos eixos da Estratégia, como o Sistema Nacional de Informações e Conhecimento sobre a Bioeconomia, Salvaguardas Socioambientais, Governança para Implementação, Instrumentos Financeiros. Alguns temas ainda carecem de amadurecimento, então propôs a criação de duas Câmaras Técnicas nesse momento: 1. Câmara Técnica de Inovação Financeira e Investimentos em Bioeconomia e 2. Câmara Técnica de Monitoramento e Inteligência em Bioeconomia.

- Luiza Sidônio, representante do Ministério da Fazenda, concordou com a Secretaria- Executiva. Além disso, destacou que ações do Ministério da Fazenda que já permitem diálogo sobre instrumentos econômicos como o Plano de Transformação Ecológica (PTE), Ecoinvest e a Plataforma BIP (Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica – BIP).
- O Presidente da CNBio, Rodrigo Rolleberg, ressaltou a importância da instalação das Câmaras Técnicas, considerando que, se não houver um plano financeiro robusto, a política pública pode não obter sucesso. Ressaltou que a Nova Indústria Brasil (NIB) tem um eixo voltado para a Bioeconomia, em que há instrumentos econômicos definidos como o Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), recursos desembolsáveis. Alertou que devemos olhar para o Fundo Amazônia, Fundo Clima e Fundos Constitucionais. Por fim, colocou em votação a criação das duas Câmaras Técnicas. Foi colocado em votação a concordância com duas câmaras técnicas (CTs): 1. Câmara Técnica de Inovação Financeira e Investimentos em Bioeconomia e 2. Câmara Técnica de Monitoramento e Inteligência em Bioeconomia.
 - O representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Bruno Nunes, sugeriu que cada Câmara Técnica seja instituída por uma Resolução específica, como acontece nos demais conselhos.
 - Tiago Giuliani, representante da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI), perguntou como os debates realizados nos GTs seriam incorporados nas Câmaras Técnicas, já que temas como instrumentos econômicos já vem sendo discutidos nos GTs.
 - Helder Queiroz, representante do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), solicitou que fosse registrado nas atribuições da Câmara Técnica que os mecanismos financeiros precisam ser de fácil acessibilidade, especialmente para pequenos produtores e formas coletivas de produção.
 - Julia Pupe, Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), questionou sobre a criação da Câmara Técnica de Salvaguardas Ambientais e solicitou ajuste na explicação das Câmaras para unificar no termo “atribuições” ou “competências”
- Em resposta, a Secretaria-Executiva informou que houve um erro no slide e que o item de salvaguardas ambientais será abordado na CT de monitoramento. Também foi destacada a importância de os representantes dos GTs levarem o acúmulo das discussões para as CTs e que, em maio, haverá uma reunião intergrupos para mapeamento de sinergias.
- O Presidente da CNBio, Rodrigo Rolleberg, informou que solicitações apresentadas foram acatadas, de modo que haverá duas Resoluções, serão alinhados os termos “atribuições e competências” e a realizada a inclusão proposta pelo Helder. Colocou-se em votação a criação das CTs.

- A Secretária-Executiva, Carina Pimenta, informou que votaram favoravelmente os representantes das instituições: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Ministério da Fazenda (MF), Ministério da Casa Civil (CC), Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (MCTI), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), três representantes do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (CG-PNGATI), Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (Conape), Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI), Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Ministério da Saúde (MS), Academia Brasileira de Ciências (ABC), Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP), Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Federação Brasileira de Bancos (Febraban) totalizando 28 votos. Voto contrário: Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MDR).
- O Presidente da CNBio, Rodrigo Rollemburg, informou que será proposta uma nova redação para o inciso 3 do artigo 4 da câmara de investimento, a ser apresentado a posteriori.
- A Secretária-Executiva, Carina Pimenta, avisou que durante a reunião os participantes devem manifestar interesse em participar das Câmaras Técnicas, em lista em circulação. O número de vagas de cada CT é de metade da plenária e os membros devem seguir dois critérios: metade das vagas destinadas para membros do Governo Federal e as vagas asseguradas para diferentes setores.
 - Carlos Eduardo Villaça, representante da Conape, perguntou se a inscrição seria pela instituição ou por pessoa.
 - Em resposta, o presidente da CNBio, Rodrigo Rollemburg, afirmou que a inscrição é por pessoa, destacando que deve haver empenho nas discussões, uma vez que as vagas são limitadas.

II.2. Análise e deliberação sobre o conteúdo da Primeira Consulta Pública do PNDBio – Capítulo da Sociobioeconomia.

- Após consulta ao Plenário, o Presidente da Comissão, Rodrigo Rollemburg, suspendeu a reunião por 15 minutos para que os membros pudessem consultar a versão preliminar do texto que deve ir para a primeira Consulta Pública. Foi informado que os trechos em verde já foram sugestões acatadas.
- Após a pauta, a Secretária-Executiva, Carina Pimenta, agradeceu a leitura atenta. Assim, apresentou o documento apontando o desafio societal da sociobioeconomia, duas missões, ações e indicadores. Afirmou que há dificuldades de quantificar e mensurar alguns aspectos da sociobioeconomia, algo que não será resolvido para a consulta pública, mas a ideia é aprimorá-lo. Foi informado que as ações estratégicas estão no nível dos indicadores. A ideia é que os membros do Governo Federal aloquem iniciativas de cada ministério ou autarquia, já que o objetivo, ao final, é identificar sinergias, responsáveis e recursos para execução das ações.

- O Presidente da CNBio, Rodrigo Rollemberg, realizou a leitura do documento, de modo que os participantes deveriam se manifestar para destacar o trecho específico para que, após os destaques, fossem feitas as contribuições aos trechos destacados.
- Marcia Muchagata, representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), solicitou questão de ordem. Muchagata afirmou que o MDS participou do processo de elaboração do documento de sociobioeconomia desde 2023. Nesse processo, foram realizadas oficinas regionais com um processo participativo junto às comunidades tradicionais e indígenas. Contudo, esse processo foi atropelado recentemente e isso é desrespeitoso, inclusive com a análise tão breve de um documento tão complexo em sua construção. Foi solicitada a inclusão na ata do descontentamento com a condução e do compromisso de que o seminário com os Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e/ou Agricultores Familiares (PIPCTAFs) aconteça para que todo o processo seja explicado. Desse modo, não fará comentários sobre o documento, porque não há concordância com o processo.
 - O Presidente da CNBio, Rodrigo Rollemberg, questionou se o processo está refletido no documento
 - Márcia Muchagata, representante do MDS, afirmou que estranha os prazos que o documento foi enviado e não acha legítimo que a comissão possa mudar algo nesse processo.
- A Secretária-Executiva, Carina Pimenta, afirmou que está mantido o compromisso para o seminário nacional com os PIPCTAFs e que o documento apresentado é uma tradução possível do documento elaborado com eles. Ressaltou, ainda, que a demora para o documento ser submetido se deve ao grande número de contribuições. Além da consulta online e do seminário, também haverá reuniões online com alguns grupos para o debate e engajamento. A avaliação do MMA é de que os debates das oficinas estão presentes no documento.
- Após a leitura, foram destacados os seguintes itens: O desafio societal; a missão; os indicadores das metas; as ações estratégicas 2, 3, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23 e 28 da missão 1; a missão 2; as ações estratégicas 4, 5, 6, 8, 12 da missão 2.
- O Presidente da CNBio, Rodrigo Rollemberg, concedeu uma pausa antes de iniciar as discussões dos destaques. Ao retornar, foi informado que as sugestões apresentadas na CNBio serão recolhidas para a construção de um novo texto que, aprovado pelo plenário, irá para a consulta pública. O texto deve ser enviado com até três dias de antecedência da próxima reunião. Ressaltou, por fim, que todos também podem contribuir com o texto durante a consulta pública.
- Nesse mesmo sentido, Helder Queiroz, representante do Conama, destacou que se houver muitos destaques, o processo será moroso e é necessário agilidade, de modo que algumas propostas podem ser feitas durante a consulta pública.
- Tiago Cortes, representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), pediu questão de ordem para perguntar se haveria rodadas de discussão geral antes de entrar nos destaques.
 - Em resposta, o Presidente da Comissão, Rodrigo Rollemberg, consultou o plenário sobre a proposta de trabalhar primeiramente os destaques. Questionou-se o plenário e não houve objeções.

- A Secretária-Executiva, Carina Pimenta, informou que os ajustes devem ser feitos em até uma semana. Assim, será possível agendar uma reunião extraordinária. Também será necessário incorporar as ações do Governo Federal em cada Ministério e Autarquia para trazer materialidade ao plano, o que já estava previsto no cronograma antes da consulta pública.

II.2.3. Debate sobre os destaques:

- Desafio societal: Garantir a prosperidade dos povos e comunidades que protegem a biodiversidade brasileira, valorizando seus conhecimentos tradicionais, produtos e serviços, como parte de uma bioeconomia que beneficia a sociedade, a natureza e a resiliência climática.
 - Ana Euler, representante da Embrapa, sugeriu a adição de “bem-viver” após prosperidade para haver maior aderência aos termos dos PIPCTAFs.
 - Carlos Eduardo, representante do Conama, sugeriu o uso de “perpetuação cultural” no lugar de “reprodução cultural”.
 - Em resposta, a Secretária-Executiva, Carina Pimenta, informou que o termo reprodução está em acordo com o Decreto 6040/2007. O destaque foi retirado.
- Missão 1: Potencializar os negócios sustentáveis e as organizações comunitárias de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, aliados à ciência, tecnologia e inovação, com vistas a garantir a segurança alimentar e a aumentar a participação dos produtos e serviços da sociobiodiversidade na economia nacional, considerando as perspectivas racial, de gênero, de juventude e de trabalho digno.
 - Vitarque Coelho, representante do MDR, sugeriu incluir o empreendedor não-PIPCTAFs, que também é responsável por alavancar negócios dessas populações.
 - Luiza Sidônio, do Ministério da Fazenda, notou a ausência do desenvolvimento de elos da cadeia de valor. Outra sugestão foi a inclusão de mercados internacionais, similar ao item 18.
 - Ana Euler, representante da Embrapa, sugeriu a adição de “permanente diálogo com a ciência” e “na economia nacional e nos sistemas alimentares”.
 - A Secretária-Executiva, Carina Pimenta, informou que o público desta parte da política são o PIPCTAFs, de modo que outros públicos não deveriam ser contemplados como público por essa missão. Afirmou que as demais solicitações foram atendidas.
- Ação Estratégica 1: Implantar Núcleos da Sociobioeconomia, visando a oferta de serviços de apoio ao desenvolvimento dos negócios comunitários de PIPCTAFs;
 - O representante do MDR, Vitarque Coelho, defendeu que o indicador de participação no PIB pode não ser ideal, pois pode ser uma variação pequena. Sugeriu a inclusão da taxa anual de crescimento no mercado.
 - A Secretária-Executiva, Carina Pimenta, afirmou que a questão de indicadores ainda está sendo discutida, porque não há formulações totalmente satisfatórias.
 - A representante da Embrapa, Ana Euler, informou que há o relatório de impacto da Embrapa, que analisa e monitora impactos sociais da bioeconomia e sociobioeconomia.

- A Secretária-Executiva, Carina Pimenta, informou que o Decreto da Estratégia Nacional de Bioeconomia prevê a criação e implantação de um Sistema Nacional de Informação e Conhecimento sobre Bioeconomia. Ainda não existe isso reunido em uma plataforma e uma das razões é a carência de dados.
- Ação Estratégica 2: Estabelecer o Sistema Nacional de Informações e Conhecimento sobre a Bioeconomia, com módulo específico para coleta e tratamento de dados da Sociobioeconomia, com envolvimento ativo dos atores locais;
 - Ana Euler, representante da Embrapa, informou que a instituição possui um radar que monitora as ações de agricultura no país, de forma ampla: agritechs, foodtechs, startups, incubadoras e aceleradoras. Sugeriu que esses dados sejam utilizados como indicadores.
 - Carina Pimenta, Secretária-Executiva e representante do MMA, concorda com Ana Euler e diz que sua sugestão segue o mesmo caminho, que seria substituir por “sistema implementado” até que haja outra proposta.
 - Mercedes Bustamante, representante da ABC, sugeriu que o Sistema Nacional de Informação e Conhecimento não seja criado do zero, mas utilize outras plataformas e sistemas já existentes e que contenham informações sobre a sociobioeconomia, de maneira interoperável, mas também que os sistemas já existentes passem a solicitar informações sobre sociobioeconomia. Criar mais um sistema pode ser moroso, lento e ineficiente do ponto de vista de otimização do serviço público. Por fim, ressaltou que isso vale para outros tópicos que mencionam o novo sistema.
 - A Secretária-Executiva, Carina Pimenta, informou que essa discussão sobre o Sistema Nacional de Informação e Conhecimento será aprofundada na respectiva Câmara Técnica e contará com o auxílio do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
- Ação Estratégica 3: Aumentar as operações de crédito do Pronaf destinada a projetos produtivos da sociobiodiversidade e PIPCTAFs.
 - O representante do MDR, Vitarque Coelho, afirmou que a ação proposta é um resultado. O sistema de crédito tem várias limitações e é importante facilitar o acesso ao crédito. Defendeu que a assistência técnica gratuita no Brasil está em processo de desaparecimento e pode ser ruim para a bioeconomia a existência da assistência técnica gratuita.
 - Ana Euler, representante da Embrapa, informou que também representa a Anater, pois atua como Diretora de Transferência de Tecnologia no órgão. Afirmou que existe um Projeto de Lei no Congresso para criar o SUATER, que criaria um fundo vinculante para manter a rede de assistência técnica funcionando, uma vez que a rede vem definhando por falta de recursos e ausência de concursos. Destacou que não haveria limitação apenas a assistência pública, mas é importante fortalecer-la. Por fim, sugeriu que haja aproximação entre o ponto 3 e o 22, ou que seja feita uma nova redação contemplando ambas.
 - O Presidente da Comissão, Rodrigo Rollemberg, pontuou que para o tema da sociobiodiversidade, ou se tem ATER pública, ou não se tem nenhuma, pois a assistência técnica privada tem outra lógica de mercado.

- A Secretária-Executiva, Carina Pimenta, lembrou que há programas diferentes, como o Bolsa Verde, que trazem assistência técnica. Dessa forma, o Governo também poderia inovar as políticas públicas.
- Ação Estratégica 8: Promover melhores condições de acesso ao Fundo Amazônia pelas associações e cooperativas que atuam na sociobioeconomia.
 - Ana Euler, representante da Embrapa, sugeriu que o indicador seja “aumentar o valor destinado aos fundos”. Também questionou sobre a possibilidade de uso de fundos internacionais.
 - A Secretária Executiva, Carina Pimenta, sugeriu a fusão dos itens 7 e 8 e a inclusão de “entre outros fundos”, para que cada ministério aponte possibilidades de fundos de recursos financeiros.
 - O Presidente, Rodrigo Rollemberg, acatou as sugestões, defendendo que a bioeconomia é uma boa possibilidade de captação internacional.
- Ação Estratégica 9: Criar programas para incentivar o aumento do número de PIPCTAFs com acesso à educação, em todos os níveis, extensão e profissionalizante, e sua participação em projetos de pesquisa relacionados à sociobioeconomia.
 - Mercedes Bustamante, representante da ABC, mencionou que é necessário cuidado para desenhar os indicadores para cada ação do plano, uma vez que podem dialogar com indicadores de outros Ministérios. Defendeu que, neste caso, a ação parece estar alocada no Ministério da Educação. Sugeriu deixar mais claro que se será um indicador desta política ou de outras políticas, inclusive para não invadir outros programas já existentes. Questionou qual seria a adicionalidade deste plano para os investimentos em educação, sendo necessário apresentar uma taxa de crescimento a partir deste plano.
 - Rodrigo Rollemberg, Presidente da CNBio, defendeu que o PNDBio é da sociedade brasileira, de modo que haverá rebatimento em programas e planos de diferentes Ministérios.
- Ação Estratégica 10: Aumentar o investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação voltado aos produtos e serviços oriundos da sociobiodiversidade.
 - Mercedes Bustamante, representante da ABC, afirmou que aumentar o número de ICTs e não aumentar o recurso, gera apenas a diluição destes recursos. Então seria necessário olhar para o número de Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) e para o montante investido neles. Seriam dois indicadores: mais recurso e mais pessoal. Sugeriu também olhar para o FNDCT, onde poderia ser criada uma linha de sociobioeconomia.
 - Ana Euler, representante da Embrapa, sugeriu também como indicadores o número de editais, número de cursos técnicos credenciados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e o número de graduados na escola de famílias rurais.
- Ação Estratégica 11: Fortalecer ações e procedimentos de fiscalização do acesso e coibir a apropriação indevida de conhecimentos tradicionais associados por empresas e outros entes privados ou acadêmicos.

- Ana Euler, representante da Embrapa, sugeriu a inclusão do monitoramento das brigadas comunitárias.
- Ação Estratégica 14: Facilitar e promover a estruturação da logística produtiva comunitária, incluindo unidades de armazenamento, beneficiamento, transporte e distribuição para facilitar a comercialização dos produtos da sociobioeconomia.
 - Mercedes Bustamante, representante da ABC, sugeriu a inclusão do termo “infraestrutura sustentável” no lugar de só “infraestrutura”.
 - Ana Euler, representante da Embrapa, defendeu que o indicador pode ser mais quantitativo, já que há muitos temas juntos. Talvez não haja a capacidade de monitorar tudo junto.
- Ação Estratégica 15: Facilitar e ampliar a inserção dos produtos da Sociobiodiversidade, incluindo da pesca, em programas governamentais de compras públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros.
 - Carlos Eduardo, representante da CONAPE, sugeriu a inclusão da “pesca e aquicultura” na redação.
- Ação Estratégica 16: Ampliar o número de produtos contemplados e o acesso de PIPCTAFs à Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio), garantindo que os preços pagos sejam compatíveis com a realidade dos custos de produção.
 - Ana Euler, representante da Embrapa, sugeriu monitorar ações por região, incluindo a destinação de recursos públicos para cada região.
- Ação Estratégica 19: Criar oportunidades para ampliar o acesso de produtos da sociobiodiversidade a mercados privados e justos e éticos.
 - Ana Euler, representante da Embrapa, sugeriu a inclusão para além do indicador de faturamento bruto, adicionar a indicação geográfica, marcas coletivas, negócios justos.
 - Carlos Eduardo, representante da CONAPE, sugeriu a fusão das ações estratégicas 17 e 19, pois há o entendimento que falam da mesma coisa.
- Ação Estratégica 20: Criar mecanismos de diferenciação e valorização de produtos da sociobiodiversidade, como selos, marketing, marcas coletivas e certificação, voltados aos mercados privados internos e externos.
 - O representante do MDR, Vitarque Coelho, defendeu que criar mecanismo de certificação deveria ser o pré-requisito para qualquer processo, pois o mercado não sanciona a venda de diversos produtos sem uma certificação técnica.
 - Bruna De Vita, representante do MMA, informou que nesse contexto a certificação se refere àsquelas opcionais, que podem trazer diferenciação ao produto, como orgânicos, vindos da Amazônia ou da agroecologia. A questão da certificação sanitária é relevante e é importante deixar em evidência a questão da certificação sanitária.
 - A representante da Embrapa, Ana Euler, informou que é importante haver financiamento para a certificação, uma vez que a experiência prática mostra que boa parte das comunidades certificadas precisaram de apoio de longo prazo. Sugeriu colocar número de

apoio a comunidades em processo de certificação. Sugeriu-se alterar o indicador para número de certificação e proteção, porque são mecanismos diferentes.

- Ação Estratégica 21: Criar incubadoras e aceleradoras de negócios da sociobioeconomia, oferecendo mentoria, suporte técnico e acesso a financiamento.
 - Ana Euler, representante da Embrapa, sugeriu monitorar também as incubadoras que trabalham com esse tema.
- Ação Estratégica 22: Expandir e implementar linhas de crédito rural para negócios da sociobioeconomia, com condições adaptadas às realidades locais dos PIPCTAFs.
 - Ana Euler, representante da Embrapa, argumentou que para expandir e implementar crédito é preciso estabelecer metas anuais de crédito para a sociobioeconomia. Foi proposto pelo MDA a remuneração financeira para bancos que batem a meta do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), os quais muitas vezes não usam o montante designado porque não há agentes capacitados no tema da sociobioeconomia.
 - A Secretária-Executiva, Carina Pimenta, informou que o item 22 e 26 dialogam com o recente programa criado voltado a agentes de crédito para produtores da sociobioeconomia.
 - Luiza Sidônio, representante do Ministério da Fazenda, destacou que é necessário deixar claro quais são as linhas de créditos possíveis para esse público.
- Ação Estratégica 23: Desenvolver programas de formação continuada, educação de todos os níveis e técnica, voltados para pequenos produtores, cooperativas e comunidades tradicionais, abordando temas como gestão de negócios, certificação, acesso a mercados, inovação etc. (exemplo: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) - Sociobioeconomia).
 - Ana Euler, representante da Embrapa, defendeu o foco dessa ação em escolas e casas rurais com formação continuada para sociobioeconomia.
 - Mercedes Bustamante, representante da ABC, defendeu que haja simetria regional na expansão de CTs.
 - Carlos Eduardo, representante da CONAPE, sugeriu agrupar os pontos 9 e 23 por tratarem de assuntos correlatos.
- Ação Estratégica 24: Reestruturar programas existentes e desenvolver novos cursos de extensão e pós-graduação (stricto e lato sensu) em sociobioeconomia, com ênfase em cadeias produtivas comunitárias da sociobiodiversidade.
 - Mercedes Bustamante, representante da ABC, sugeriu repensar o indicador, uma vez que o processo de avaliação de pós-graduação é moroso e fazer alterações nesses é complicado. Seria importante aproximação com o CAPES sobre esse tema.
- Ação Estratégica 28: Estabelecer incentivos fiscais, premiações e outros incentivos para os elos das cadeias da Sociobioeconomia (Lei Rouanet Industrial para produtos da sociobiodiversidade).
 - A Secretária-Executiva, Carina Pimenta, sugeriu retirar o que está entre parênteses.

- Ana Euler, representante da Embrapa, perguntou se a desoneração entraria neste item, o que foi confirmado pela presidência.
- Missão 2: Reconhecer e promover o protagonismo de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares na conservação e manejo sustentável da biodiversidade e restauração de ecossistemas, garantindo a segurança alimentar, direitos e o bem-viver, de forma a valorizar os conhecimentos tradicionais, a cultura, os modos de vida e os serviços ambientais por eles prestados em seus territórios.
 - Carlos Eduardo, representante da CONAPE, sugeriu a inclusão de pescadores na missão.
 - Carina Pimenta, Secretária-Executiva da CNBio, informou que ainda será adicionada a meta de hectares para a área aquática.
 - Ana Euler, representante da Embrapa, sugeriu a inclusão de meta para sistemas produtivos.
- Ação Estratégica 3: Expandir a área de manejo florestal comunitário madeireiro e não-madeireiro em territórios de PIPCTAFs.
 - Mercedes Bustamante, representante da ABC, defendeu a importância de incluir no manejo os sistemas não-florestais, destacando que, nesse caso, o termo “vegetação” se refere a “vegetação nativa”.
 - Ana Euler, representante da Embrapa, sugeriu que o manejo não madeireiro é informal, e que para além de hectares de manejo licenciados e regularizados, deveria ser adicionado um item de assistência técnica e crédito. Sugeriu também expandir manejo florestal para comunitário e familiar e o acompanhamento de parcerias público privadas estabelecidas.
- Ação Estratégica 4: Expandir a área de Sistemas Agroflorestais para restauração produtiva e ecológica em territórios de PIPCTAFs.
 - Mercedes Bustamante, representante da ABC, sugeriu incluir também “áreas integradas”, após sistemas agroflorestais.
 - Ana Euler, representante da Embrapa, sugeriu a inclusão de indicador para rede de sementes e produção de mudas.
- Ação Estratégica 5: Facilitar e promover a elaboração e a implementação de instrumentos de gestão territorial e ambiental (Planos de Manejo, Acordos de Pesca, Termos de Autorização de Uso Sustentável, Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas e Territórios Quilombolas, etc).
 - Mercedes Bustamante, representante da ABC, indicou que o número de instrumentos de gestão e implementação precisa de monitoramento e verificação.
 - Ana Euler, representante da Embrapa, sugeriu indicador de quantidade de recursos públicos disponibilizados através de edital.
- Ação Estratégica 6: Fornecer o assessoramento técnico e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública, contínua e gratuita aos PIPCTAFs, direcionada ao manejo e gestão territorial de recursos naturais e adaptada à realidade do extrativismo e da sociobioeconomia.

- Ana Euler, representante da Embrapa, sugeriu incluir o indicador de edital de ATER para PIPCTAFs.
- Ação Estratégica 7: Estabelecer e disseminar programas de monitoramento (com destaque para os participativos) e avaliação da biodiversidade e outros serviços ecossistêmicos, relacionados à implementação de programas de PSA nos territórios da sociobioeconomia.
 - Mercedes Bustamante, representante da ABC, sugeriu neste item articular com o MCTI e PPBio (Programa Prioritário de Bioeconomia) para que haja avanço em territórios da sociobioeconomia, pois são programas com linhas de base articuladas.
- Ação Estratégica 8: Valorizar e proteger os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, por meio da implementação dos instrumentos da Lei de Biodiversidade (Lei nº 13.123/2015), provenientes de acesso a conhecimentos tradicionais associados e a uso de patrimônio genético.
 - Luiza Sidônio, representante do Ministério da Fazenda, sugeriu incluir um indicador para a proteção de conhecimento tradicional da biodiversidade, incluindo o fundo de participação de benefícios.
 - Mercedes Bustamante, representante da ABC, defendeu a associação com o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), pois, quando funcionando de forma adequada, vai aumentar os recursos para participação de benefício.
- Ação Estratégica 15: Promover Sistemas Produtivos Sustentáveis em territórios e comunidades de PIPCTAF, com foco em práticas agroecológicas e de manejo sustentável de recursos naturais que dialoguem com os saberes de PIPCTAFs, integrando conhecimento científico e tradicional.
 - Ana Euler, representante da Embrapa, sugeriu a inclusão de “itens produtivos e sistemas agrícolas”.
- Ação Estratégica 15: Articular com as comunidades e os órgãos ambientais, estratégias de vigilância e fiscalização dos recursos naturais existentes e dos territórios tradicionais;
 - Mercedes Bustamante, representante da ABC, destacou preocupação com a segurança das comunidades, tem a estatística que mais mata protetores ambientais, precisa estar claro qual o papel do Estado para não ser delegado a comunidades já vulnerabilizadas.
 - Ana Euler, representante da Embrapa, registrou a ausência do tópico de incêndios florestais e o modo de monitorar isso.
- O presidente da CNBio, Rodrigo Rollemberg, informou que não houve divergências de conteúdo, mas ajustes de redação. Dessa forma, as sugestões serão acolhidas e sistematizadas para o texto da consulta pública. Vamos acolher as sugestões para ter um texto para a consulta pública. Em seguida anunciou que a apresentação dos grupos de trabalho, como o tempo de cinco minutos para cada uma apresentar seus resultados até o momento.
- Tiago Cortes, representante do DIEESE, sugeriu a inclusão de “trabalho digno” nas metas e indicadores, pois isso aparece como missão. Ainda, indicou a inclusão de questões de remuneração e estratégias para assegurar isso.

- Quener dos Santos, do MPA, indicou que houve muitas discussões sobre linhas de crédito para PICTAFS, mas há gargalos importantes que são as garantias. É necessário garantia para acessar os créditos. As comunidades não têm as garantias para acessá-los. Além disso, como será feita a articulação com outros planos que estão sendo desenvolvidos, como o Plano Nacional da Pesca Artesanal. Por último, questionou se seria possível discutir todo o plano com o Ministério antes da consulta pública.
- O presidente da CNBio, Rodrigo Rollemberg, considerou pertinente a discussão de garantias, que deve ser incluída na Câmara Técnica. Destacou que a deliberação final do texto da consulta pública não seria durante a presente reunião devido aos ajustes.
- A Secretaria-Executiva, Carina Pimenta, informou que o documento será enviado para todos e que os órgãos do governo federal deverão propor ações já existentes que contribuem para a implementação das ações estratégicas das missões da sociobioeconomia. A ideia é colocar na consulta já com as ações do ministério. Não vamos deliberar ações dos órgãos do governo federal, mas apontar lacunas. Ao mesmo tempo será iniciada a coleta de iniciativas dos órgãos do governo federal. Estas iniciativas não serão objeto de deliberação, pois dependem dos respectivos órgãos.

III. Informes:

III.1. Apresentação do status da produção dos Grupos de Trabalho da CNBio.

- **GT Biomassa:** Alessandro Cruvinel, representante do MAPA e coordenador do GT, informou que o GT teve dois encontros, em que foi feito o nivelamento da metodologia de Política Orienta por Missões (POM) e sobre o conteúdo proposto. As reuniões acontecem quinzenalmente e tem a adesão de cerca de 80% dos inscritos. Na última reunião, foi realizada apresentação da Talita Pinto, da Fundação Getúlio Vargas - FGV, sobre o estado da arte das estratégias de biomassa. O GT está em um momento diferente em relação ao debate de sociobioeconomia, pois está começando do zero, buscando identificar o que precisa ser feito. A leitura é que a discussão está numa boa velocidade e existe muita sinergia entre os qualificados participantes. Há um documento compartilhado para contribuições que será base para a consolidação do GT, onde já se encontram o desafio e missões.
- **GT de Biotecnologia e Bioindústria:** Rafael Marques, representante do MDIC e coordenador do GT, informou que já foram realizadas duas reuniões, com participação acima de 90% dos inscritos. Na primeira reunião foi apresentada a metodologia, sugestão de metas e cronograma. Os membros enviaram documentos e criou-se um documento compartilhado para recebimento de contribuições. Até o momento, tem-se a primeira versão do desafio, missões e algumas metas, indicadores e ações. Estão na etapa de preparar essa consolidação, vai definir matriz de escolha para as missões prioritárias. Na próxima reunião dia 10/04, é possível que já saia a definição de missão e metas.
- **GT de Ecossistema Terrestre e Aquáticos e Sociobioeconomia:** Bruna De Vitta, representante do MMA e coordenadora do GT, informou que o GT fez aportes para o documento debatido durante a reunião da CNBio. Até o momento é composto por 37 pessoas que estão avançando com o trabalho da sociobioeconomia, além de três outras frentes. Uma delas é o turismo, em que haverá o envolvimento do Ministério do Turismo, Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Outra é junto ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para discussão de economias florestais, que deve ser apresentado no dia 09 de abril. O terceiro é a pesca, onde está sendo discutida a possibilidade de inclusão da discussão com biomassa. Foi sugerida reunião na semana seguinte para discussão deste tópico da pesca em específico

III.2. Lançamento da publicação “Elementos para uma Estratégia Nacional de Implementação de Biorrefinarias no Brasil”.

- O Presidente da CNBio, Rodrigo Rollemburg, convidou Cristiano Prado do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para apresentar o estudo “Elementos para uma Estratégia Nacional de Implementação de Biorrefinarias no Brasil”. Por fim, Rollemburg pediu desculpas pois precisaria se ausentar da reunião. Desse modo, agradeceu a todos e passou a condução da reunião para a Secretária-Executiva.
- Cristiano Prado (PNUD) argumentou que a bioeconomia é uma oportunidade para o Brasil. Destacou que o PNUD tem colaborado com a discussão de Taxonomia Sustentável e com a BIP, com o TFFF (Fundo Florestas Tropicais para Sempre), com Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), Selo Verde e Biorrefinarias.
 - No tocante à biorrefinaria, tem duas conclusões importantes: não utilizamos adequadamente todo o potencial da biomassa para produção de produtos e riquezas no Brasil; e a segunda é a questão de governança que adote um formato para transformar a economia no país. Destacou que há expectativa de que o documento contribua com a CNBio.
- Prof. José Vitor Bomtempo, autor do estudo, apresentou o conteúdo organizado pela Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no grupo de Bioeconomia, e que ficará disponível a partir da reunião. Uma das etapas do estudo foi verificar o entendimento comum de biorrefinaria, normalmente associado a uma fábrica e não a uma cadeia complexa de elementos. Idealmente, ao tratar de biorrefinarias deve-se considerar a diversidade de produtos, circularidade dos produtos, aproveitamento integral da biomassa e inserção territorial. O quadro analítico envolveu quatro dimensões: a matéria prima, as biomassas, a tecnologia e o produto e o modelo de negócio.
 - Como resultado, encontrou-se que há pouco aproveitamento integral e que a diversificação de produtos não é grande; espaço para crescer nesse ponto. Selecionaram seis matrizes para aprofundar, em seis países diferentes. Conclui-se que a visão sistêmica e atributos não estão amplamente difundidos; há a necessidade de revisão de conceitos para melhorar as oportunidades e desafios de biorrefinaria; governança e coordenação são pontos estruturantes.
- A Secretária-Executiva, Carina Pimenta, afirmou que o estudo contribui para as discussões dos GTs e convidou os autores a participarem do grupo de biomassas para adensar os achados.
- O representante do MDIC, Rafael Marques, sugeriu a apresentação também no GT de Bioindústria, o que poderia ser otimizado com uma única apresentação para os dois GTs.
- Tiago Giuliani, representante da ABBI, parabenizou pelo estudo e pediu mais informações sobre as cadeias que mais se aproximam de serem cem por cento, questionando se a cana seria uma delas. Prof. José Vitor Bomtempo respondeu que a palha da cana ainda não é utilizada, a vinhaça passou a ser utilizada muito recentemente e que o CO₂ da fermentação não é utilizado. O exemplo mais perto de 100% de circularidade é uma empresa de Babaçu no Tocantins.
- Alessandro Cruvinel, representante do MAPA, parabenizou o estudo e questionou se há espaço para o estudo ter um olhar regionalizado, considerando as dificuldades de transporte de biomassa.

- Prof. José Vitor Bomtempo, autor do estudo, respondeu que isso é o atributo territorial, e que não se chegou a desenvolver um mapeamento e localização. Apontou que é um ponto que precisará de aprofundamento específico, para identificar a localização, o ecossistema regional de inovação.

IV. Palavra Aberta aos Membros da CNBio:

- Carina Pimenta, Secretária-Executiva da CNBio, agradeceu a presença de todos e informou que em até duas semanas será convocada uma reunião extraordinária, em formato online, para submissão do texto final. Reforçou o pedido aos ministérios para que incluam suas ações, mas que também haverá reuniões bilaterais para que todos sejam contemplados.
- Bruna De Vitta, representante do MMA, informou que cada Câmara Técnica teve dez inscritos. Os convites serão enviados para tentativa de agenda e reforçou que os participantes online ainda poderiam se inscrever.
- Carina Pimenta, Secretária-Executiva da CNBio, sugeriu o envio destas informações pelo grupo de WhatsApp e que dez membros já são suficientes para a instalação da Câmara. A reunião foi encerrada.

V. Encerramento e Encaminhamentos:

- Foi aprovada a criação das Câmaras Técnicas: 1. Câmara Técnica de Inovação Financeira e Investimentos em Bioeconomia e 2. Câmara Técnica de Monitoramento e Inteligência em Bioeconomia.
- Serão feitas as alterações das minutas de Resolução aprovadas pela CNBio.
- Nova reunião extraordinária será convocada em até 15 dias, após a reunião para deliberação do texto que irá à consulta pública, baseado nas discussões e sugestões da reunião.
- Será publicado no grupo do *whatsapp* dos membros a possibilidade de inscrição para as Câmaras Técnicas.
- A Secretária-Executiva buscará data oportuna para instalação das Câmaras Técnicas.
- O Prof. José Vitor Bomtempo deverá apresentar seu trabalho para o GT de Biomassa e para o GT de Bioindústria e Biomanufatura.